

SUMÁRIO**INTRODUÇÃO**

1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TUTELA JURISDICIONAL: DO INDIVIDUAL AO COLETIVO	17
1.1 Bases do sistema original do Código de Processo Civil	17
1.2 Modificações da primeira fase: novos mecanismos	18
1.3 Modificações da segunda fase: a reforma do próprio Código de Processo Civil	22
1.4 Conseqüência da mudança: renovação do sistema	26
2. O SUBSISTEMA DO PROCESSO COLETIVO: TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS	28
2.1 Antecedentes históricos	28
2.2 A "revolução" brasileira no domínio do processo coletivo	37
2.3 Tutela coletiva e direito coletivo: importância da adequada conceituação	39
2.4 Direitos transindividuais (coletivos <i>lato sensu</i>) e direitos individuais homogêneos: definições	41
2.5 Quadro comparativo das distinções	43
2.6 Situações jurídicas heterogêneas	46
2.7 Danos morais transindividuais?	48
2.8 Interesses sociais como direitos coletivos	52
2.9 Direitos individuais homogêneos como direitos acidentalmente coletivos	57
2.10 Instrumentos de tutela jurisdicional de direitos coletivos e de direitos individuais homogêneos	58
2.11 O controle concentrado de constitucionalidade como instrumento de tutela coletiva de direitos	60

PARTE I**TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS
(DIFUSOS E COLETIVOS)**

3. A TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS POR AÇÃO CIVIL PÚBLICA	65
3.1 Gênese da ação civil pública	65
3.2 Direitos transindividuais como finalidade específica	68

3.3	Cumulação de pedidos	71
3.3.1	Cumulação de tutelas preventiva e reparatória e de prestações com distinta natureza	71
3.3.2	Cumulação de pedidos para tutela de direitos transindividuais e individuais homogêneos	75
3.4	Legitimação ativa e interesse de agir	76
3.5	Legitimação ativa e regime de substituição processual	78
3.6	Sentença e coisa julgada	79
3.7	Efeito secundário da sentença de procedência	82
3.8	Cumprimento das sentenças	83
4.	AÇÃO POPULAR: O CIDADÃO EM DEFESA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS	85
4.1	Origem e evolução legislativa	85
4.2	A natureza transindividual dos interesses tutelados	87
4.3	Objeto da ação popular: “anular ato lesivo”	90
4.4	Lesividade e ilegalidade do ato	91
4.5	Lesão à moralidade administrativa	93
4.6	Lesão ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural	98
4.7	Tutela preventiva e providências de recomposição do estado anterior	99
4.8	Medidas cautelares e antecipatórias	101
4.9	Aspectos processuais da ação popular	102
5.	A TUTELA DO DIREITO TRANSINDIVIDUAL À PROIBIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A AÇÃO DE IMPROBIDADE	106
5.1	Origem da ação de improbidade administrativa	106
5.2	Caráter repressivo da ação	108
5.3	Sanções legais para a improbidade	110
5.4	Tipificação dos atos de improbidade	113
5.5	Sujeito ativo do ilícito	116
5.6	A dupla face da ação	117
5.7	Ônus da prova	119
5.8	Prerrogativa de foro	119
5.9	Aplicação da pena	122
5.10	Tutela cautelar na ação de improbidade	125
5.10.1	Medidas para garantia da execução: indisponibilidade e seqüestro de bens	126
5.10.2	Medida para garantia da instrução: o afastamento do cargo	128
5.11	Processo e procedimento na ação de improbidade	130

6. A TUTELA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	136
6.1 Legitimação ativa como função institucional	136
6.2 Organização do Ministério Público mediante distribuição interna de atribuições	138
6.3 Repartição das atribuições para promover demandas judiciais: critério geral	140
6.4 Repartição de atribuições para promover demandas perante a Justiça Comum	140
6.4.1 Distribuição da competência jurisdicional comum entre Justiça Federal e Justiça Estadual	140
6.4.2 Fixação da competência jurisdicional na ação civil pública	144
6.5 Repartição de atribuições entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual para ações civis públicas	145
6.6 Ação civil pública para tutela do patrimônio público	147
6.7 Regime da legitimação ativa: substituição processual	150
6.8 Impossibilidade de celebrar transação	151
6.9 Inviabilidade da desistência da ação	154

PARTE II

TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS

7. TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: A AÇÃO CIVIL COLETIVA	159
7.1 Estrutura dos direitos individuais homogêneos	159
7.2 Tutela coletiva: do litisconsórcio ativo à ação coletiva	161
7.3 Características da ação coletiva	166
7.3.1 Repartição da atividade cognitiva	166
7.3.2 Legitimação ativa por substituição processual	168
7.3.3 Sentença genérica	169
7.3.4 Liberdade de adesão do titular do direito individual	174
7.4 Legitimação ativa para ações coletivas	177
7.4.1 Ações coletivas nas relações de consumo	177
7.4.2 A tutela de direitos individuais homogêneos pelo Ministério Público	178
7.4.3 Legitimação das entidades associativas	179
7.5 Espécies de tutela cabíveis na ação coletiva	181
7.5.1 Tutela preventiva	182
7.5.2 Tutela repressiva (reparatória) e as várias espécies de sanção jurídica	184
7.5.3 Tutela repressiva constitutiva	187

7.5.4	Tutela repressiva condenatória	188
7.5.5	Tutela de urgência (cautelar e antecipatória)	189
7.6	Restrições à ação coletiva impostas pelo legislador ordinário	191
7.7	Procedimento da ação coletiva	192
7.7.1	Visão Geral	192
7.7.2	Coisa julgada	193
7.7.3	Relação entre ação coletiva e ação individual	194
7.7.4	Aplicação subsidiária a outras ações coletivas	195
7.8	A Ação de cumprimento: liquidação e execução da sentença genérica	196
7.8.1	Natureza, procedimento e competência	196
7.8.2	Objeto da ação de cumprimento, na fase de liquidação	198
7.8.3	Natureza da "sentença" de liquidação	199
7.8.4	Procedimento da liquidação	201
7.8.5	Fase de execução	202
7.8.6	Sucumbência na ação de cumprimento	202
7.8.7	Legitimação ativa para a ação de cumprimento	204
7.9	Ação coletiva e prescrição	206
8.	TUTELA COLETIVA POR MANDADO DE SEGURANÇA	209
8.1	Mandado de segurança individual e coletivo: fundamento constitucional	209
8.2	O mandado de segurança como ação coletiva	211
8.3	Legitimação ativa de partidos políticos	215
8.4	Legitimação ativa das organizações sindicais, entidades de classe e associações	217
8.5	Processo e procedimento da ação coletiva de mandado de segurança: critérios para a sua construção	220
8.5.1	Aplicação, por analogia, das normas e princípios do mandado de segurança individual	222
8.5.2	Aplicação, por analogia, das normas e princípios das ações coletivas	223
8.6	Litispendência e coisa julgada	225
9.	O MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	227
9.1	Legitimação do Ministério Público e direitos individuais disponíveis: a questão constitucional	227
9.2	Hipóteses de legitimação previstas expressamente em lei	228
9.3	Fundamento constitucional da legitimação	231

9.4	Outros direitos individuais homogêneos	234
9.4.1	Auto-aplicabilidade do art. 127 da Constituição como norma de legitimação processual	238
9.4.2	Conteúdo da norma de legitimação para tutela de interesses sociais	241
9.5	Procedimento e limites da legitimação	244
9.6	Suma conclusiva	245

PARTE III

PROCESSO COLETIVO, LEI EM TESE E PROCESSO OBJETIVO

10.	PROCESSO COLETIVO. INTERPRETAÇÃO DA LEI EM TESE E CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE	249
10.1	Jurisdição, fato e norma	249
10.2	Eficácia objetiva da coisa julgada	250
10.3	Tutela coletiva e sentença genérica	252
10.4	Inviabilidade de ação coletiva contra lei em tese	255
10.5	Tutela coletiva e controle incidental de constitucionalidade	256
10.6	Sentença com eficácia <i>erga omnes</i> e controle incidental de constitucionalidade	256
10.7	Ação popular e mandado de segurança coletivo contra lei em tese	259
11.	TUTELA COLETIVA POR AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	262
11.1	Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade	262
11.2	Controle concentrado de constitucionalidade e tutela coletiva	265
11.3	A norma em abstrato como objeto do processo	266
11.4	Os sujeitos do processo: função institucional	266
11.5	A dupla face da demanda e das sentenças	269
11.6	Tutela antecipada: a “medida cautelar”	270
11.7	Eficácia executiva das liminares	273
11.8	Revogação da liminar e ajustamento das situações jurídicas atingidas	275
11.9	A eficácia das sentenças	276
11.9.1	Eficácia material (declaratória e <i>ex tunc</i>)	276
11.9.2	Eficácia processual (<i>erga omnes</i> e vinculante)	278
11.10	Eficácia executiva: o cumprimento das sentenças	279
	CONCLUSÕES	283
	BIBLIOGRAFIA	293